

# INFORMATIVO bancário



bancariosdf.com.br | Brasília, 16 de setembro de 2021 | Edição 1.514



## ACORDO DE DOIS ANOS ASSEGURA PROTEÇÃO DE DIREITOS E REAJUSTE DE 10,97% PARA BANCÁRIOS



Mesmo em um cenário desfavorável, a categoria bancária encerra mais uma Campanha Nacional com direitos garantidos, reajuste de mais de dois dígitos e ganho real. Com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da data-base dos bancários fechado em 10,42%, somado aos 0,5% de ganho real assegurado pelo acordo bianual assinado no ano passado, a categoria terá um reajuste de 10,97%. O processo negocial exaustivo estabelecido no ano passado, em meio à pandemia, também garantiu reflexos em outras verbas, como vale-alimentação, vale-refeição e PLR.

A decisão dos bancários e bancárias em 2020 pelo acordo de dois anos mais uma vez mostrou-se acertada do ponto de vista econômico. “Diante de um cenário de terra arrasada, em que ataques aos direitos, como redução de salários, supressão de conquistas e ameaças de alteração de jornada, foram

uma constante a partir das medidas antipopulares e antidemocráticas do Bolsonaro, a Convenção e os acordos coletivos construídos pelos sindicatos e entidades sindicais demonstraram sua importância na proteção de todos os direitos e na conquista do aumento real de salário”, afirma **Kleyton Moraes**, presidente do Sindicato e integrante do Comando Nacional.

O dirigente destaca também que a negociação coletiva ainda protegeu e atenuou os efeitos do cenário da pandemia, que impactou drasticamente a renda dos ocupados, que sofreu forte redução, fruto da diminuição da jornada de trabalho, da aceleração da inflação e do próprio desemprego - entre o último trimestre de 2019 até o segundo trimestre de 2021.

De janeiro a abril deste ano, 61,6% das negociações salariais coletivas resultaram em reajustes abaixo da inflação, enquanto somente 25,4% dos acordos repuseram a inflação.



### SINDICATO FORTALECE PROTESTO CONTRA A PEC DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Servidores públicos se dirigiram a Brasília nesta terça (14) em caravanas de diversos pontos do país, para protestar ao longo da semana contra a PEC 32, da reforma administrativa, que promove uma série de ataques aos trabalhadores e destrói os serviços públicos.

O Sindicato participou ativamente dos protestos iniciados pela manhã, com a ocupação do saguão de desembarque do Aeroporto, para pressionar os deputados que estavam chegando à capital federal. À tarde, os manifestantes se concentraram no Bloco C da Esplanada dos Ministérios e de lá saíram em caminhada até a Câmara Federal, onde realizaram ato.

“A categoria bancária deverá ser o próximo foco da atenção desse governo. Todos sabem do desmonte que está acontecendo na Caixa e no BB com vendas de ativos, privatizações, terceirização e ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores. A reforma administrativa é um passo para avançarem de forma ainda mais extrema nisso”, acentuou **Wlamir Martines**, diretor da Fetec-CUT/CN.

“Nós, bancários e bancárias, estivemos à frente do atendimento à população na pandemia e sabemos da necessidade de valorização dos trabalhadores para melhoria dos serviços, e essa reforma vai no caminho oposto a isso”, diz **Samantha Sousa**, diretora da Fetec-CUT/CN.

## ARTIGO

WLAMIR MARTINES,  
DIRETOR DA FEDERAÇÃO  
DOS BANCÁRIOS DO  
CENTRO NORTE



## ABAIXO A CARESTIA, A FOME E O GOLPISMO. FORA BOLSONARO. ATO DIA 2 DE OUTUBRO

Os trabalhadores, a juventude e o povo não se intimidam e não fogem à luta diante dos ataques à democracia e à vida pelo governo da extrema direita. Após a investida golpista de Bolsonaro e sua gente movida a ódio no dia 7 de Setembro, a resistência popular volta às ruas no dia 2 de Outubro, em atos por todo o país.

As manifestações exigirão o fim do governo criminoso e genocida, responsável pela destruição da economia, dos direitos sociais e das políticas públicas, pelo desemprego, a fome, a miséria e a morte de quase 600 mil pessoas pela covid.

Nós, bancários e bancárias de Brasília, engrossaremos o caldo dessa luta com nossas bandeiras contra demissões, retirada de direitos, terceirização, privatização e desmonte dos bancos públicos. Nosso Sindicato convoca a categoria para uma grande mobilização nesse Fora Bolsonaro do dia 2, por impeachment já.

Os protestos pelo país são convocados pelos movimentos sociais e sindicais com a expectativa de unificar a oposição ao governo e assegurar expressiva presença de público, especialmente na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e na Avenida Paulista, em São Paulo.

A coordenação dos atos de Brasília - CUT, Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo - se reuniu nesta quarta-feira (15) para organizar e definir o horário da manifestação.

Além de punição por crime contra a vida e a democracia, o Fora Bolsonaro é também um fora à carestia, ao empobrecimento da população, à miséria e à fome, à destruição dos serviços públicos, à entrega do patrimônio e da soberania nacional.

Em defesa do país e do povo, pela vida, por paz e felicidade:

#ForaBolsonaroGenocida!

## BANCO DO BRASIL É FUNDAMENTAL PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

As delegadas e os delegados do 32º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, realizado dia 8 de agosto, aprovaram o plano de atuação em defesa do banco e de seus direitos. As resoluções giram em torno da unidade dos empregados na defesa do BB público e na luta por mantê-lo como instrumento relevante em qualquer discussão sobre políticas de desenvolvimento.

Para os funcionários, o BB deve incrementar a sua participação no crédito habitacional, operando inclusive programas para as faixas de mais baixa renda, com subsídio do Tesouro Na-

cional. Além disso, o banco pode contribuir para enfrentar o alto custo do crédito e para reduzir as exorbitantes taxas de juros.

O BB pode ainda se tornar um agente articulador de soluções para o desenvolvimento, capaz de incentivar a renovação da nossa matriz produtiva e da inovação do parque industrial, ajudando o Brasil a reduzir a dependência do setor primário da economia. E readequar sua estrutura para financiar e dar apoio financeiro e técnico para pequenas e médias empresas e para pequenos empreendedores, reduzindo as desigualdades sociais e regionais.

## PROCURADOR PEDE AO TCU AFASTAMENTO DE PRESIDENTES DO BB E DA CAIXA



do TCU, ministra Ana Arraes, com o argumento de que ambos teriam cometido abuso de poder. Informações apontam que os executivos teriam ameaçado sanções contra outras instituições que assinassem o documento. “É clara afronta aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e afronta à Lei das Estatais”, afirmou Furtado.

Subprocurador-geral Lucas Furtado, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), apresentou no dia 8 representação ao órgão em que pede investigação e o devido afastamento dos presidentes da Caixa, Pedro Guimarães, e do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, por suposto uso político das instituições no episódio do manifesto da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

O pedido foi encaminhado à presidente

Para a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa e secretária-geral do Sindicato, **Fabiana Uehara**, “o caso só reforça o que temos denunciado de uso político do banco. Pedro Guimarães criou o Caixa-Tur para viajar pelo país, dizendo que está estimulando negócios quando, na verdade, está em plena campanha eleitoral antecipada, o que é errado. A cada viagem faz declarações favoráveis ao atual governo e depreciativas dos governos anteriores”.

## SENADO DERRUBA RESOLUÇÃO QUE ACABAVA COM PLANOS DE SAÚDE DE ESTATAIS

Em sessão realizada dia 1º, o plenário do Senado aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 342/2021, que suspende os efeitos da Resolução 23/2018, da CGPAR, que acaba com planos de saúde de trabalhadores de estatais e seus dependentes.

No papel, a Resolução 23 trata das regras do custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados. Era mais um ataque do governo aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que representava o fim de diversos planos de saúde de estatais.

Segundo a autora do projeto na Câmara (que virou o PDL 342 no Senado), deputada federal Erika Kokay (PT-DF), a resolução — agora revogada — limitava a contribuição das empresas estatais aos planos de saúde dos empregados que forem organizados sob a forma de autogestão.



## SINDICATO SOLICITA PRORROGAÇÃO DO TELETRABALHO NA CAIXA

**A** Contraf-CUT encaminhou ofício à Caixa solicitando a prorrogação da modalidade de teletrabalho nas unidades do banco em face da persistente pandemia do novo coronavírus até que se observem condições possíveis de retomada das atividades presenciais.

A Contraf-CUT justifica que a prorrogação é necessária em virtude do “elevado número de casos de contaminação e de adoecimento no país, levando a centenas de óbitos diários, o que nos obriga à manutenção das medidas preventivas ao contágio, com distanciamento pessoal,



a redução da concentração de pessoas em ambientes fechados e pouco ventilados e a constante orientação à higienização com uso dos insumos indicados pelas autoridades sanitárias.”

O ofício solicita também o agendamento de reunião da mesa permanente de negociações, conforme prevê o Acordo Coletivo de Trabalho, para tratar do retorno.

### EM BANCARIOSDF.COM.BR: PEDRO GUIMARÃES TERÁ DE EXPLICAR INVERDADES SOBRE LUCRO DA CAIXA NAS GESTÕES DE LULA E BOLSONARO

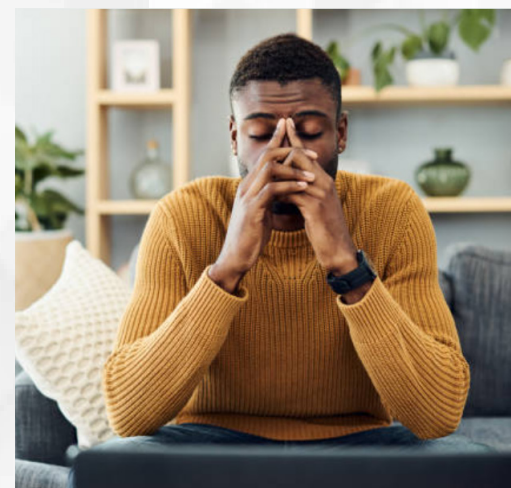
### CONSAD: COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA DO BRB GERA PREOCUPAÇÃO

**A** pós a saída do funcionário Hugo Andreoli, que deixou a Diretoria Executiva de Novos Negócios, o Consad (Conselho de Administração) do BRB elegeu dois novos diretores: Daniel Carone, para o cargo de Diretor Executivo de Novos Negócios, e Alfredo Luiz Venzel de Oliveira, para ocupar o de Diretor Executivo de Controle e Riscos, conforme Fato Relevante de 19 de agosto.

Conforme o Estatuto Social do BRB, “...§ 4º Os cargos de Presidente e Diretor do BRB são estatutários, sendo no mínimo 4 (quatro) destes

cargos privativos de preenchimento por empregados da ativa do BRB, observado o disposto no artigo 18 deste Estatuto Social e o cumprimento das demais normas pertinentes à matéria.”

Por conta disso, o Sindicato entrou em contato com o conselheiro eleito Adão Passos, que informou os detalhes do caso e que houve um compromisso de regularizar a situação até a posse dos indicados. O Sindicato também acionou representantes do banco e verificou uma rispidez em relação ao assunto, bem preocupante. A entidade vai continuar acompanhando o caso.



### SINDICATO ALERTA ITAÚ QUE RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL É PRECIPITADO

**A** Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu, na tarde de quinta-feira (9), com a direção do banco para negociar o retorno ao trabalho presencial dos trabalhadores que estão em home office. Os trabalhadores cobram negociação para garantir um retorno programado. Foi proposto pelo diretor da Fetec-CUT/CN Washington Henrique, repre-

sentante do Sindicato de Brasília na reunião, que o banco volte a fazer uma nova análise, considerando dados científicos, tendo em vista que estão faltando vacinas em algumas capitais e municípios. Por outro lado, em Brasília, a variante delta do coronavírus vem criando um cenário de caos, com um número alarmante de infectados. Leia mais em [bancariosdf.com.br](http://bancariosdf.com.br).

### SANTANDER FAZ NOVAS ALTERAÇÕES NA FUNÇÃO DOS GERENTES ADMINISTRATIVOS

**O** presidente do Santander, Sérgio Rial, informou que haverá novas alterações na função dos Gerentes Administrativos (GA). A declaração chegou de forma distorcida na rede de agências, gerando muita apreensão entre os trabalhadores. O RH do Santander informou que não há previsão de extinção do cargo “em

um período próximo”. O que existe, segundo o banco, é uma modificação nas funções e responsabilidades. É muito importante que os trabalhadores impactados com as novas mudanças informem ao Sindicato ([centraldeatendimento@bancariosdf.com.br](mailto:centraldeatendimento@bancariosdf.com.br)) os problemas e as dificuldades decorrentes do novo modelo.

**PLR DO BRADESCO SERÁ PAGA DIA 20.  
MAIS DETALHES EM BANCARIOSDF.COM.BR**

# TEMAS RELEVANTES PARA OS TRABALHADORES E A SOCIEDADE NA PAUTA DA TV BANCÁRIOS



**FABIOLA LATINO ANTEZANA**  
DIRETORA DO STIU-DF DEBATEU A  
CRISE ENÉRGICA BRASILEIRA

**PAULA FRANCO**  
EX-COORDENADORA DE DIREITO À  
MEMÓRIA E À VERDADE DO EX-TINTO  
MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS FALOU  
SOBRE A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

**NEURIBERG DIAS DO RÉGO**  
ASSESSOR PARLAMENTAR DO DIAP  
CONVERSOU SOBRE OS RISCOS À  
DEMOCRACIA NO GOVERNO BOLSONARO

Em tempos de negacionismo e fake news, informação precisa, responsável e de qualidade é fundamental. Nas últimas semanas, o programa TV Bancários, transmitido pela TV Comunitária de Brasília e pelas redes sociais do Sindicato, tratou de temas importantes não só para a categoria bancária, mas para o conjunto da sociedade.

A última edição, que foi ao ar excepcionalmente na sexta (10), recebeu o assessor parlamentar do Diap

Neuriberg Dias para uma conversa sobre a ameaça à democracia. Risco de apagão, inflação e crise política foi o assunto discutido com Fabiola Latino Antezana, diretora do STIU-DF, no primeiro programa de setembro. Já em 26 de agosto, a TV recebeu Paula Franco, ex-coordenadora de Direito à Memória e à Verdade do extinto Ministério dos Direitos Humanos, que falou sobre a importância da Comissão Nacional da Verdade na apuração dos crimes das Forças

Armadas na ditadura militar. Acompanhe, comente e compartilhe o programa TV Bancários. Acesse fotografando o QR Code abaixo.



## COMISSÃO DO SENADO APROVA PROJETO QUE PERMITE ESCOLHA DE REGIME DE TRIBUTAÇÃO AOS PARTICIPANTES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou o Projeto de Lei 5.503/2019, que permite aos participantes e assistidos de planos de previdência complementar escolherem o regime de tributação na hora de receberem o benefício ou quando forem resgatar os valores acumulados. Esta é uma demanda dos bancários, levada pelo Sindicato ao senador Paulo Paim (PT-RS), autor do PL.

De acordo com o texto do projeto, a escolha do regime de tributação da renda previdenciária deverá ser feita no momento da obtenção do benefício ou da requisição do resgate dos valores acumu-

lados no plano. O PL também prevê autorização aos assistidos ou representantes legais para que exerçam essa escolha em situações especiais, como por exemplo no caso de falecimento do participante.

O autor do projeto expressa na justificativa que o PL busca “facilitar a decisão dos participantes e assistidos, não apenas no momento em que decidirem fazer uso de seus valores acumulados em face de contingências, mas também no modo como seus recursos serão tributados quando do efetivo gozo do benefício, proporcionando-lhes melhores chances de destinar seus próprios recursos”.



## EM DERROTA PARA BOLSONARO, SENADO VOTA CONTRA REFORMA TRABALHISTA

Por 47 a 27, o Senado derrotou o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) e rejeitou integralmente a reforma trabalhista que a Câmara dos Deputados contrabandeou no texto da Medida Provisória (MP) nº 1.045, em conluio com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A reforma foi fortemente combatida pela CUT e demais centrais, que atuaram nas ruas, nas redes sociais e no Congresso Nacional, conversando com os parlamentares, explicando os prejuízos para o país e para o povo. O presidente da CUT, Sérgio Nobre, inclusive, se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para detalhar as perversidades da medida.

Em postagem no Twitter, Sérgio comemorou: “Acabamos de derrotar Bolsonaro no Senado, que rejeitou por 47 votos a 27 a MP 1045, nefasta medida de reforma trabalhista que acabava com direitos dos trabalhadores. Luta unitária das centrais sindicais, com atos e pressão sobre o parlamento”.